

Artigos livres

Da Cartografia do Apagador à Desobediência Estatística: por uma política de Estado com justiça pedagógica nas Escolas do Campo, no Pampa Gaúcho

From the Cartography of the Eraser to Statistical Disobedience: for a State policy with pedagogical justice in Countryside Schools in the Gaúcho Pampa

De la Cartografía del Borrador a la Desobediencia Estadística: por una política de Estado con justicia pedagógica en las Escuelas del Campo en el Pampa Gaúcho

Crystina Di Santo D'Andrea¹ , Anna Christine Ferreira Kist¹ ,
Helenise Sangoi Antunes¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

Este artigo problematiza o descompasso entre a rigidez das categorias estatísticas oficiais e a etnografia das Escolas do Campo no território do Pampa Gaúcho. A incompreensão governamental acerca da territorialidade camponesa gera distorções severas no Censo Escolar, cujos dados enviesados impactam diretamente o financiamento via FUNDEB e a formulação de diretrizes pedagógicas. Essa invisibilidade estatística reduz o estudante a um custo *per capita*, pautando o financiamento público por uma lógica de desenvolvimento econômico urbano que ignora a especificidade da vida camponesa. Metodologicamente, o estudo pauta-se na análise crítica de dados estatísticos oficiais aliada à revisão bibliográfica. À luz da categoria de território (espaço, pessoas e cultura) de Milton Santos e da “leitura de mundo” de Paulo Freire, propõe-se um amálgama conceitual entre o Território da Pedagogia e a Pedagogia do Território. O trabalho defende a urgência de transitar da gestão fragmentada para uma política de Estado que reconheça a Escola do Campo não como um dado demográfico, mas como uma conquista pedagógica e um direito inalienável, promotor da justiça pedagógica.

Palavras-chave: Educação do Campo; Justiça pedagógica; Políticas de Estado

ABSTRACT

This article problematizes the mismatch between the rigidity of official statistical categories and the ethnography of Countryside Schools in the Gaúcho Pampa territory. Governmental misunderstanding regarding peasant territoriality generates severe distortions in the School Census, whose biased data directly impact funding via FUNDEB and the formulation of pedagogical guidelines. This statistical invisibility reduces the student to a *per capita* cost, guiding public funding through a logic of urban economic development that ignores the specificity of peasant life. Methodologically, the study is based on the critical analysis of official statistical data combined with a literature review. In light of Milton Santos' category of territory (space, people, and culture) and Paulo Freire's "reading of the world", a conceptual amalgam between the Territory of Pedagogy and the Pedagogy of the Territory is proposed. The work defends the urgency of transitioning from fragmented management to a State policy that recognizes the Countryside School not as a demographic datum, but as a pedagogical achievement and an inalienable right, promoting pedagogical justice.

Keywords: Countryside Education; Pedagogical justice; State Policies

RESUMEN

Este artículo problematiza el desfase entre la rigidez de las categorías estadísticas oficiales y la etnografía de las Escuelas del Campo en el territorio del Pampa Gaúcho. La incomprensión gubernamental acerca de la territorialidad campesina genera severas distorsiones en el Censo Escolar, cuyos datos sesgados impactan directamente el financiamiento vía FUNDEB y la formulación de directrices pedagógicas. Esta invisibilidad estadística reduce al estudiante a un costo *per cápita*, pautando el financiamiento público por una lógica de desarrollo económico urbano que ignora la especificidad de la vida campesina. Metodológicamente, el estudio se basa en el análisis crítico de datos estadísticos oficiales aliado a la revisión bibliográfica. A la luz de la categoría de territorio (espacio, personas y cultura) de Milton Santos y de la "lectura del mundo" de Paulo Freire, se propone una amalgama conceptual entre el Territorio de la Pedagogía y la Pedagogía del Territorio. El trabajo defiende la urgencia de transitar de una gestión fragmentada hacia una política de Estado que reconozca a la Escuela del Campo no como un dato demográfico, sino como una conquista pedagógica y un derecho inalienable, promotor de la justicia pedagógica.

Palabras clave: Educación del Campo; Justicia pedagógica; Políticas de Estado

1 ALÉM DA SEMÂNTICA: INDICADORES EDUCACIONAIS E A INVISIBILIDADE DO CAMPO

A educação no meio rural brasileiro apresenta desafios singulares, tanto na dimensão pedagógica quanto na gestão e análise de indicadores educacionais. A discussão sobre as perspectivas de ruralidade e os múltiplos sentidos da educação

no, do, para e com o campo torna-se fundamental para superar dicotomias que, historicamente, permanecem sem soluções efetivas. Longe de ser um preciosismo semântico, a transição conceitual de “escola rural” para “escola do campo” configura-se como um movimento político, teórico e metodológico que impacta diretamente o Censo Escolar e as políticas públicas nacionais. Para fins deste estudo, analisaremos dados específicos do Rio Grande do Sul, focando, na medida do possível, no território do Bioma Pampa e nos polos formadores do PRAEMA SUL (Santa Maria, Santana do Livramento e Uruguaiana).

A produção de políticas públicas educacionais no Brasil está historicamente atrelada à capacidade do Estado de mensurar, catalogar e quantificar suas demandas. Contudo, quando os instrumentos de coleta de dados partem de premissas anacrônicas, a precisão estatística é substituída por um processo de apagamento institucional. É precisamente esse o cenário desenhado pela persistente dubiedade entre as terminologias de “Escola Rural” e “Escola do Campo” — um descompasso que opera como um vetor de exclusão econômica, administrativa e pedagógica.

O conceito de “Escola Rural”, historicamente sedimentado pelas instâncias censitárias, fundamenta-se em critérios puramente espaciais e demográficos. Sob essa ótica, define-se o rural por exclusão: trata-se do espaço residual não alcançado pelos perímetros urbanos legalmente instituídos por decretos dos poderes legislativos municipais. A ruralidade, portanto, é lida a partir do déficit, da carência ou do isolamento em relação à centralidade urbana. Em contrapartida, a “Escola do Campo” emerge no final da década de 1990, impulsionada pelos movimentos sociais camponeses e pela práxis da Educação do Campo (Caldart, 2012). O campo, aqui, deixa de ser um mero dado geográfico para tornar-se um território político, identitário e cultural, habitado por sujeitos de direito que produzem a vida fora da lógica urbano-industrial.

É à luz da categoria de território (espaço, pessoas e cultura) de Milton Santos e da «leitura de mundo” de Paulo Freire que este trabalho propõe um amálgama conceitual entre o Território da Pedagogia e a Pedagogia do Território. Sob este

prisma, ressignifica-se a multisseriação — historicamente estigmatizada pela gestão urbana como uma carência ou atraso — como uma potência pedagógica de matriz intergeracional, amparada pelas premissas da Educação do Campo (Molina).

O problema central, contudo, reside no fato de que o Censo Escolar e as instâncias de planejamento, como as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) no Rio Grande do Sul, operam em uma zona de penumbra conceitual que ignora essa potência. Quando um município redefine seus limites territoriais através de leis de zoneamento — muitas vezes para inflar a arrecadação tributária predial ou por conveniências políticas locais —, distritos, assentamentos e comunidades tradicionais que vivem estritamente da pecuária familiar e da terra passam, da noite para o dia, a figurar nas estatísticas oficiais como “escolas urbanas”.

Essa classificação artificial mascara a realidade empírica. Escolas com dinâmicas curriculares, logísticas e identitárias nitidamente camponesas passam a ser financeira e pedagogicamente geridas sob a régua da escola urbana. As diretrizes governamentais, construídas a partir de dados deformados pelo Censo, comprometem gravemente os montantes orçamentários repassados, as condições de manutenção da infraestrutura e a própria viabilidade de arranjos pedagógicos essenciais.

Ao negligenciar a distinção entre a educação do campo e a educação rural, o Estado gera fragilidades crônicas na coleta de dados, na distribuição de recursos do FUNDEB e na formulação de políticas educacionais. Este artigo analisa essa problemática, propondo uma transição analítica urgente: da perspectiva estritamente gerencial e estatística — que reduz o estudante a um custo *per capita* pautado pela lógica do desenvolvimento urbano — para uma perspectiva pedagógica humanizadora. Esta abordagem compreende a educação do campo a partir da ambiência e da diversidade de seus territórios educativos, reafirmando-a como uma política de Estado comprometida com a promoção da justiça pedagógica, da qualidade de vida e da soberania cultural da nação.

2 A ARMADILHA CONCEITUAL DO RURAL E DO URBANO E A INVISIBILIDADE ESTATÍSTICA DO BIOMA PAMPA

A produção de políticas públicas educacionais no Brasil está historicamente atrelada à capacidade do Estado de mensurar, catalogar e quantificar suas demandas. Contudo, a utilização indistinta e anacrônica dos termos “escola rural” e “escola do campo” nas bases de dados oficiais, como o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), gera severas distorções interpretativas. Sob o verniz da neutralidade estatística, escolas classificadas como rurais são quantificadas sem que se investigue se adotam, de fato, a proposta pedagógica e a identidade metodológica da Educação do Campo. Essa indistinção inviabiliza o mapeamento das reais necessidades e dos desafios dessas instituições, resultando em um processo de apagamento institucional mascarado por números oficiais.

A ausência de variáveis específicas que diferenciem essas tipologias nos microdados públicos dificulta a segmentação precisa de indicadores educacionais vitais, como as taxas de evasão, reprovação, distorção idade-série e acesso. Esta limitação compromete de maneira crônica a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que as estratégias desenhadas para escolas rurais de matriz tradicional e tecnicista — herdeiras do projeto de modernização conservadora do campo — são inadequadas para responder às demandas emancipatórias e contextualizadas das escolas de Educação do Campo.

No Rio Grande do Sul, estado marcado por uma profunda diversidade sociocultural no meio rural, essa distinção conceitual e operacional torna-se ainda mais urgente. Sem dados precisos e segmentados, inviabiliza-se o monitoramento das condições de ensino, a justa alocação de recursos do FUNDEB e o desenvolvimento de programas de formação docente que dialoguem com a realidade local, simplesmente, porque os instrumentos de coleta de dados partem de premissas conceituais equivocadas ou anacrônicas, a precisão estatística é substituída por um

processo de apagamento institucional. É precisamente esse o cenário que envolve a persistente dubiedade entre as terminologias de “escola rural” e “escola do campo”, um descompasso que não se restringe à semântica, mas opera como um vetor de exclusão econômica e pedagógica.

A gravidade dessa armadilha conceitual torna-se evidente ao territorializarmos o debate para o Rio Grande do Sul, especificamente para a realidade do Bioma Pampa, ao qual se dirige esta pesquisa. O problema central reside no fato de que o Censo Escolar e as instâncias de planejamento, como as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), operam em uma zona de penumbra conceitual incompatível com as imensas distâncias e a baixa densidade demográfica pampeanas. Quando um município redefine seus limites através de leis de zoneamento urbano — muitas vezes para inflar a arrecadação de impostos prediais ou por conveniências políticas locais —, distritos, vilas de assentamento e comunidades tradicionais que vivem estritamente da terra, da lida campeira e da pecuária familiar passam, da noite para o dia, a figurar nas estatísticas oficiais como “escolas urbanas”.

Essa divisão e classificação artificial dos dados mascaram a realidade empírica do território na opacidade dos dados estatísticos. Escolas com dinâmicas curriculares, logísticas e culturais nitidamente camponesas são financeira e pedagogicamente geridas sob a régua da escola urbana. As diretrizes governamentais passam a ser construídas a partir dos dados deformados de uma categoria pela outra, o que compromete gravemente os montantes orçamentários repassados às condições estruturais do transporte escolar nas estradas vicinais, a formação de professores, a merenda escolar, a manutenção dos prédios e a própria viabilidade pedagógica de projetos essenciais para a educação no Pampa, como as classes multisseriadas e o calendário letivo.

O *locus* desta investigação situa-se no Pampa Gaúcho, bioma próprio ao Rio Grande do Sul, oficialmente reconhecido e desmembrado da Mata Atlântica. Segundo

os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), o Bioma Pampa ocupa uma área de 176.496 km². Como ele está restrito exclusivamente ao território do Rio Grande do Sul, essa área corresponde a aproximadamente 63% da área do estado (e cerca de 2,1% do território nacional). No entanto, embora constitua um território de porte significativo, a armadilha conceitual do urbano/rural e as escolas do campo, impediu a adequação da lógica estatística e seus financiamentos à demanda pertinente à essa territorialização.

Para desvelar a complexidade dessa armadilha conceitual e seus reflexos na gestão educacional, o percurso metodológico deste estudo articula a análise crítica de dados estatísticos oficiais em estreita consonância com a revisão de literatura. Cabe destacar que o escrutínio desses indicadores não partiu de um distanciamento puramente acadêmico, mas emergiu como uma urgência empírica a partir da minha atuação como formadora no PRAEMA SUL. Ao me deparar com os desafios da formação docente na região, a imersão nessas bases de dados tornou-se imperativa para embasar a busca por pertinência nas propostas pedagógicas. Compreender o descompasso entre o que o Estado quantifica e o que o território demanda foi o caminho metodológico necessário para garantir que as orientações curriculares e formativas fizessem sentido à realidade viva e à territorialidade das Escolas do Campo no bioma pampeano.

Longe de caracterizar-se como uma paisagem natural homogênea de coxilhas e campos nativos, o Pampa constitui o que Milton Santos (2000) categoriza como “território usado”. Para o geógrafo, o território transcende o espaço físico em si; configura-se como o espaço dinamizado pelo sinergismo indissociável entre as ações humanas, as técnicas, as intencionalidades políticas e as rugosidades históricas que nele se assentam. No Pampa, o território usado manifesta-se por meio de uma organização socioeconômica e cultural singular, estruturada a partir da pecuária familiar, de comunidades tradicionais e de dinâmicas territoriais de resistência camponesa.

Todavia, a lógica governamental de organização escolar desconsidera essa configuração espacial e cultural, marcada por imensas distâncias geográficas e baixa densidade demográfica. As burocracias estatais exigem das comunidades locais uma densidade populacional por escola que contradiz a própria natureza geográfica do bioma. Ao aplicar réguas de eficiência urbana a um território camponês, o Estado institui uma verdadeira cartografia da exclusão. As divisões regionais adotadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) agrupam, sem qualquer mediação analítica ou distinção metodológica, municípios de características agrárias latifundiárias tradicionais com áreas de forte agricultura familiar ou assentamentos de Reforma Agrária.

Essa pasteurização analítica dilui as demandas específicas de cada comunidade. O dado estatístico consolidado, ao homogeneizar o que é intrinsecamente diverso, é utilizado para justificar o fechamento massivo de escolas no interior do estado sob o pretexto gerencialista da “racionalização de recursos”. A invisibilidade estatística atua como premissa técnica para a desterritorialização e para o enfraquecimento da soberania educacional dos sujeitos do campo.

1.1 A cartografia do apagamento: o Censo Escolar e a hegemonia urbano-cêntrica das CREs

A materialidade da exclusão camponesa revela-se de forma contundente quando submetemos os microdados do último Censo Escolar, geridos pelo INEP, ao escrutínio territorial. O formulário censitário impõe às instituições de ensino uma categorização espacial binária e inflexível: a escola deve ser declarada como “urbana” ou “rural”. O Bioma Pampa, com toda a sua complexidade ecológica, cultural e produtiva, inexistente como categoria de análise ou de planejamento nas matrizes do Estado. O que o Censo capta não é o território vivido, mas a delimitação cartorial das cidades. Consequentemente, a Educação do Campo é dissolvida em um mar de dados

genéricos sobre a “zona rural”, impossibilitando que os indicadores estatísticos reflitam a diversidade das matrizes pedagógicas que operam no interior do Rio Grande do Sul.

Essa invisibilidade estatística é agravada e institucionalizada pela forma como a governança educacional está estruturada no estado. A administração pública gaúcha capilariza suas diretrizes por meio das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Contudo, a delimitação geográfica dessas instâncias não obedece a critérios de identidade territorial, bacias hidrográficas ou ecossistemas socioculturais. Ao contrário, a malha das CREs foi desenhada sob a égide do desenvolvimento econômico urbano-industrial e da malha rodoviária, consolidando o que podemos denominar de hegemonia urbano-cêntrica na gestão educacional.

O território pampeano, em vez de ser compreendido e gerido como uma unidade de planejamento com necessidades logísticas e pedagógicas próprias, é administrativamente esquartejado. Seus municípios e comunidades camponesas ficam subordinados a diferentes cidades-polo que sediam as CREs. Observa-se essa dinâmica de forma latente nos polos formadores do PRAEMA SUL: Santa Maria (sede da 8ª CRE), Uruguaiana (sede da 10ª CRE) e Santana do Livramento (sede da 19ª CRE). Embora esses polos abranquem imensas extensões de terra, de lida campeira e de escolas multisseriadas, o centro de gravidade das decisões — onde os dados são consolidados, as formações docentes são desenhadas e os recursos são distribuídos — é invariavelmente a cidade sede.

O resultado dessa arquitetura governamental é a formulação de uma política educacional esquizofrênica. As escolas do campo, situadas nas extremidades geográficas dessas coordenadorias, recebem orientações curriculares, cronogramas escolares e métricas de eficiência pensadas a partir do ritmo e das condições da centralidade urbana da CRE. As governanças locais tornam-se reféns de planilhas estaduais que não reconhecem as distâncias do Pampa, a sazonalidade das colheitas, a precariedade das estradas vicinais e as necessidades formativas específicas para a

multisseriação. Ao organizar a educação pelo mapa do desenvolvimento das cidades e pelo apagamento do Censo, o Estado não apenas gere mal os recursos; ele pratica uma violência epistêmica que asfixia a potência da pedagogia do território.

A manifestação mais perversa dessa violência epistêmica e administrativa recai sobre o que o Estado categoriza burocraticamente como “classes multisseriadas”. Neste ponto, faz-se necessária mais uma ruptura semântica vital: a própria noção de “classe” carrega o peso de uma categoria elitista, excludente e fordista, estruturada historicamente para classificar, hierarquizar e segregar os corpos na escola tradicional e na respectiva sociedade consumista e opressora. Em franca oposição a esse enquadramento limitante, a Educação do Campo não organiza classes; ela forja turmas. A turma multisseriada ressignifica-se não como um déficit estrutural a ser tolerado, mas como um coletivo vivo e organizado, imbuído de uma intenção ética plural e do propósito comum de aprender.

É nesse espaço de encontro intergeracional que a convivência entre diferentes idades, saberes e ritmos de aprendizagem enriquece a leitura de mundo e fortalece a coesão identitária camponesa. Contudo, essa riqueza metodológica da turma é estruturada em oposição direta à lógica de desenvolvimento e consumo das cidades, a qual exige homogeneização, seriação rígida e padronização em larga escala para organizar um progresso condicionado e o consumo exagerado.

Submetidas ao escrutínio gerencial das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) — instâncias que operam sob uma burocracia moldada por um paradigma urbano-cêntrico de “ordem e progresso” —, as turmas multisseriadas são despojadas de sua intencionalidade pedagógica coletiva e rebaixadas, nas planilhas, à condição de anomalia orçamentária (“a classe inviável”). O Estado não possui métricas para avaliar a qualidade das interações éticas ou a preservação da cultura no Bioma Pampa; ele mensura exclusivamente a relação custo-benefício do aluno *per capita*.

Como as comunidades camponesas, dispersas em imensas extensões de terra, não conseguem atingir as metas quantitativas impostas por essa racionalidade

urbana, o Estado decreta a inviabilidade financeira da oferta. O resultado é trágico, mas estatisticamente previsível: ao serem lidas pela régua do consumo e gerenciadas pela falsa eficiência das CREs, as escolas multisseriadas acabam fechadas. O fechamento dessas instituições representa o golpe final do “apagador” governamental: elimina-se o custo na planilha, mas consolida-se a desterritorialização e decreta-se a falência da justiça pedagógica no Pampa Gaúcho. O Estado enxerga uma “classe” que ele pode fechar por ser custosa, mas a escola defende uma “turma”, um coletivo ético que não pode ser desfeito. E as relações com o saber, nas políticas públicas, são reduzidas, lamentavelmente, a uma política de custo-benefício-do-Estado, ao invés de serem um investimento na qualidade de vida do território educ(ativo).

3 A MÉTRICA DO ALUNO-CUSTO E O SUBFINANCIAMENTO DO TERRITÓRIO: O IMPACTO DAS DISTORÇÕES ESTATÍSTICAS

A consequência mais imediata e devastadora da flutuação conceitual entre o urbano e o rural incide diretamente sobre a engenharia de financiamento da educação básica pública. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) distribui seus recursos com base no número de matrículas computadas no Censo Escolar do ano anterior. Legalmente, o fundo prevê fatores de ponderação diferenciados para a Educação do Campo e para escolas de menor porte — como as classes multisseriadas —, reconhecendo de forma objetiva que o custo real por estudante em áreas não urbanas é substancialmente mais elevado devido às exigências de infraestrutura descentralizada e à manutenção de pessoal em regiões de difícil acesso.

Contudo, quando a escola camponesa do Pampa é erroneamente catalogada como urbana — em virtude das distorções provocadas pelas leis de zoneamento municipal —, ocorre um imediato impedimento de acesso aos repasses majorados. Instala-se, a partir daí, um perverso efeito cascata sobre o território:

- Subfinanciamento Crônico: A instituição de ensino passa a receber uma verba subdimensionada, calculada sob a métrica de uma realidade urbana onde insumos, serviços e redes de apoio são concentrados. Exige-se da escola camponesa uma economia de escala que é geometricamente impossível em sua realidade espacial.
- Inadequação do Transporte Escolar: No Pampa Gaúcho, o deslocamento diário de estudantes por estradas vicinais de chão batido impõe uma manutenção onerosa da frota e um elevado consumo de combustível. Contudo, os repasses do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS) tornam-se cronicamente insuficientes, pois o contingente real de alunos que dependem desse serviço está subnotificado nos sistemas oficiais como se fossem residentes do perímetro urbano.
- Inviabilização das Classes Multisseriadas: A multisseriação, que deveria receber aportes específicos para a formação docente continuada e materiais didáticos contextualizados, passa a ser gerida pela administração pública como uma “anomalia orçamentária”. A consequência direta é a pressão pelo fechamento definitivo da unidade escolar ou por processos de “enturmação” forçada — agrupando faixas etárias e níveis de aprendizagem sem qualquer planejamento pedagógico, apenas para fechar as planilhas de custo.

A formulação de políticas de financiamento para o campo orientada por métricas urbanas sabota a sustentabilidade orçamentária do sistema e desvirtua o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Trata-se de uma transferência indébita de responsabilidade: o Estado pune a escola e o estudante camponês pelas imprecisões e anacronismos do seu próprio aparato estatístico.

Em última análise, essa lógica gerencialista reduz o sujeito do campo a um “aluno-custo”, desconsiderando que o investimento em sua educação é uma premissa básica de soberania nacional e justiça distributiva. A reversão desse cenário de asfixia

financeira é o primeiro passo para que as escolas do Pampa deixem de ser tratadas como gargalos fiscais e passem a ser financiadas como polos vivos de desenvolvimento humano e preservação cultural.

4 PROPONDO O ENCONTRO: TERRITÓRIO DA PEDAGOGIA E PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO

Diante desse cenário de asfixia burocrática e invisibilidade estatística, este estudo propõe um tensionamento epistemológico que promove um encontro dialógico entre a geografia crítica de Milton Santos e a educação libertadora de Paulo Freire. Trata-se de romper definitivamente com a visão geométrica e estéril do espaço escolar para edificar, no contexto pampeano, as categorias inseparáveis de Território da Pedagogia e Pedagogia do Território.

Freire (1987) ensina que a educação autêntica e emancipatória brota da “leitura do mundo”, um exercício existencial que antecede a leitura da palavra escrita e que está profunda e organicamente ancorado no chão que o educando pisa. Arrancar a escola de sua comunidade ou impor a ela uma matriz curricular urbana e descontextualizada constitui um violento ato de colonização pedagógica, cujo fim último é silenciar os saberes locais e alienar o sujeito camponês de sua própria história.

O Território da Pedagogia representa o espaço institucional da escola do campo —a sala de aula multisseriada, o galpão, o pátio integrado ao bioma— ressignificado pela práxis política e pelo afeto. É a escola que se faz trincheira no Pampa, materializando a resistência comunitária e garantindo o direito inalienável dos sujeitos de aprenderem e produzirem conhecimento no lugar onde escolheram viver e semear.

Por sua vez, a Pedagogia do Território inverte o vetor tradicional da transmissão do conhecimento: é o próprio Pampa, com suas coxilhas, a imensidão de suas distâncias, a marcação dos ciclos do clima, a lida da pecuária familiar e a resistência histórica dos assentados e povos tradicionais, que atua como matriz educadora. O

território abandona a condição de cenário inerte onde a aula supostamente acontece para assumir o protagonismo de um currículo vivo, pulsante e em permanente construção coletiva.

Articulando esse horizonte teórico às premissas da Educação do Campo defendidas por Caldart (2012) e Molina (2004), a multisseriação é finalmente libertada do estigma do atraso para ser assumida em sua vocação mais genuína: uma potência pedagógica. Longe de representar uma carência ou uma imperfeição do modelo fordista urbano — que insiste em agrupar estudantes por uma lógica fabril de “idade de fabricação” —, a turma multisseriada espelha a própria organicidade das comunidades do campo. Nela, o aprendizado tece-se pela cooperação intergeracional, pelo acolhimento ético das diferenças e pelo rico diálogo de saberes entre tempos, infâncias e juventudes que se cruzam e se fortalecem mutuamente.

Finalmente, essa Pedagogia do Território estende-se muito além dos muros escolares, alcançando as estradas. Sob a ótica da complexidade e da transdisciplinaridade proposta por Moraes (2008), o tempo em que o estudante permanece no transporte escolar não pode mais ser compreendido pelo Estado como um “não-lugar” ou um vazio existencial na contabilidade do FUNDEB. Esse trajeto diário, que não raro consome horas do dia da criança camponesa, constitui um espaço legítimo de educação fora da escola. Dentro do ônibus ou da van que singra as estradas vicinais do Pampa, o corpo do estudante em movimento cartografa cognitivamente as distâncias, as transformações da paisagem, os limites e as fronteiras da sua realidade. A estrada transmuta-se, assim, em um laboratório itinerante de leitura do mundo e de produção de subjetividade e pertencimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CARTOGRAFAR PARA HUMANIZAR

Pensar a educação no Pampa Gaúcho a partir do cruzamento entre a geografia crítica de Milton Santos e a pedagogia libertadora de Paulo Freire exige, fundamentalmente, uma desobediência estatística. Essa desobediência, contudo,

não nasce de um distanciamento acadêmico, mas de uma urgência empírica. Ela foi forjada no chão da prática, impulsionada pela oportunidade e pelo desafio de atuar como professora formadora no PRAEMA SUL. Foi a necessidade imperativa de garantir pertinência pedagógica às formações docentes na região que revelou as imprecisões conceituais flutuantes entre o “rural residual” e o “campo político”.

Este artigo buscou demonstrar como a submissão a esses dados enviesados e as divisões administrativas urbano-cêntricas das governanças estaduais operam um silenciamento orçamentário, inviabilizando a vida escolar nas coxilhas. Contudo, a principal constatação desta investigação é que as comunidades do Pampa não assistem passivamente a esse processo de desterritorialização. Diante de planilhas que teimam em desconsiderar rostos e histórias, emerge uma inegável pedagogia da resistência. A multisseriação e o transporte escolar, quando lidos pelas lentes da complexidade e da Educação do Campo, deixam de ser marcas da escassez ou gargalos financeiros e passam a figurar como potências de um território que ensina.

Escrever sobre o Bioma Pampa a partir dessa perspectiva exige a recusa absoluta da frieza métrica dos gabinetes. O horizonte que move este estudo é a urgência de cartografar para humanizar pessoas que os números governamentais insistem em apagar. Afinal, compreende-se aqui que o verdadeiro sujeito da práxis não se confunde com aquele que se assujeita às engrenagens do apagamento institucional. Pelo contrário, o sujeito freireano emerge justamente no ato de fraturar a docilidade burocrática que tenta reduzir vidas camponesas a meras variáveis estatísticas e a “alunos-custo”.

Para que essa fratura epistemológica e burocrática se consolide em justiça social, é inadiável a efetivação de Políticas de Estado que sejam estruturalmente coniventes e coerentes com o Território do Campo no Rio Grande do Sul, materializado em toda a sua diversidade no Bioma Pampa. A educação não pode ficar à mercê de gestões governamentais transitórias ou de conveniências de zoneamento municipal. Com essa convicção, este trabalho constitui o marco inicial de uma pesquisa mais ampla,

em nível de Pós-Doutorado, que continuará a investigar e a cartografar as rotas, os saberes, os afetos e as disputas orçamentárias que tecem a educação pampeana. Afinal, cartografar o Pampa é, acima de tudo, afirmar o direito inalienável do sujeito camponês de ser, de aprender e de permanecer com justiça pedagógica e qualidade de vida no seu próprio Território.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de traduzir minha “desobediência estatística” e, mais ainda, se ela inspirar muitos outros pesquisadores e formadores na defesa da Educação do Campo!

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOOGLE. **Gemini**. Modelo de Inteligência Artificial Generativa. Mountain View: Google, 2026. Disponível em: <https://gemini.google.com>. Acesso em: 14 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa de Biomas do Brasil**: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

MORAES, M. C. **Ecologia de saberes**: complexidade, transdisciplinaridade e educação. São Paulo: Antakarana, 2008.

OPENAI. ChatGPT (Modelo Gemini 1.5 Pro). **Interação por inteligência artificial generativa sobre formação docente, multisseriação e financiamento no Pampa Gaúcho**. Viamão, 14 jul. 2026. Correspondência eletrônica pessoal.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Crystina Di Santo D’Andrea

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0003-0916-7686> • crysdandrea2015@gmail.com
Contribuição: Pesquisa, escrita e finalização do Artigo

2 – Anna Christine Ferreira Kist

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0002-4694-8169> • afkist@yahoo.com.br
Contribuição: Revisora

3 – Helenise Sangoi Antunes

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-6503-658X> • professora.helenise@gmail.com
Contribuição: Supervisão

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

D'ANDREA, C. D. S.; KIST, A. C. F.; ANTUNES, H. S. Da Cartografia do Apagador à Desobediência Estatística: por uma política de Estado com justiça pedagógica nas Escolas do Campo no Pampa Gaúcho. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97928, 2026. DOI: 10.5902/2317175897928. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897928>.